



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA
Rua Irmãos Busato, n.º 450
Vila Maria - RS
99155-000

PROJETO DE LEI Nº 014/2019, DE 11 DE ABRIL DE 2019

Concede revisão geral anual aos servidores públicos do Município de Vila Maria.

O Prefeito Municipal de Vila Maria, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município de Vila Maria, Estado do Rio Grande do Sul, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder revisão geral anual, de perdas inflacionárias, aos servidores públicos do município de Vila Maria, integrantes do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, em 4,58(quatro vírgula cinquenta e oito por cento) e conceder aumento real aos vencimentos em 0,42% (zero vírgula quarenta e dois por cento).

§ 1º. Os percentuais estabelecidos no presente artigo, aplicar-se-ão extensivamente aos valores constantes das tabelas de vencimentos para os Cargos em Comissão, Funções Gratificadas, Quadro de Empregos Públicos e Quadro de Cargos do Magistério Público Municipal.

§ 2º. Os proventos dos inativos e pensionistas obedecerão ao percentual estabelecido no *caput* do presente artigo.

§ 3º. A revisão constante do *caput* deste artigo corresponde ao índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado nos últimos 12 meses (de abril/2018 a março/2019).

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta de rubricas próprias existentes na Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de abril de 2019.

Vila Maria - RS, de de 2019.

JUSTIFICATIVA:

Senhores Vereadores: buscando repor as perdas inflacionárias aos servidores Públicos do Município de Vila Maria, apresentamos o presente Projeto de Lei, que versa sobre a revisão geral anual do quadro de servidores do município. A revisão oferece um reajuste de 4,58%, baseado no IPCA acumulado nos últimos 12 meses (abril/2018 a março/2019) e, ainda, propõe um aumento real de 0,42% para o funcionalismo público municipal. O impacto orçamentário já foi calculado e será suportado por dotação já prevista na LOA, sendo que, assim, os índices dos gastos com a folha de pagamento atendem aos limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A revisão geral anual aos servidores é forma de reposição salarial.